

Nilo Tardin

Uso da água do Rio Doce será cobrado em 2005

A cobrança pela captação da água bruta do rio será feita a fim de financiar a recuperação da bacia federal que corta os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo

NILO TARDIN E ROSÂNGELA VENTURI

A escassez de água e a poluição dos rios farão com que a população e a indústria passem a pagar pela água que consomem e pela poluição que provocam. A cobrança pela captação da água bruta do Rio Doce deverá ser feita em 2005, a fim de financiar a recuperação da bacia que corta os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A nova lei de recursos hídricos descentraliza a gestão das águas através dos comitês de bacias hidrográficas. São eles que definirão os preços pelo uso da água. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), que é federal, inicia no próximo mês as discussões para definir o preço pelo uso da água.

A reunião acontece nos dias 15 e 16 de abril, em Colatina, para estabelecer os valores já no ano que vem, prevê o secretário Executivo do CBH-Doce, Vitor Feitosa. Na conta mensal do usuário, aparecerá discriminado o que se paga pela água bruta, tratamento e transporte, além da coleta, tratamento e lançamento de esgoto.

A cobrança vai financiar a recuperação da bacia e evitar casos como os de São Roque do Canaã e Marilândia, onde os produtores foram obrigados a fazer um rodízio

para efetuar a irrigação da lavoura.

A briga pela água é líquida e certa. A conservação dos rios brasileiros só ganhou força depois da visão de unir usuários, poder público e comunidade nas decisões, reforçada pela crescente consciência ecológica.

O escritório técnico da CBH-Rio Doce será montado em Governador Valadares (MG), sede do comitê federal, ao custo de R\$ 300 mil da Agência Nacional de Águas (ANA). "O papel será de integrar as ações entre os Estados no cadastramento dos usuários e outorga nos moldes a legislação", detalha Feitosa.

As hidrelétricas brasileiras já pagam 0,75% pela água bruta na geração de energia, mas os recursos foram bloqueados pelo Governo federal. Os dirigentes do CBH-Doce destacam que cobrar pela água em estado natural não se trata de imposto porque o recurso não entra nos cofres públicos, sendo integral a aplicação em programas de revitalização dos rios.

Sem comitês

A marca do lixo, do esgoto e do assoreamento revelam a perversa relação das cidades ribeirinhas com o Rio Doce ao logo dos

875 km de extensão da nascente a foz. Em nenhum dos seus afluentes no Espírito Santo foi constituído os comitês de sub-bacias, alerta o deputado capixaba Paulo Foletto, presidente da Comissão Interestadual do Rio Doce (Cipe-Rio Doce), ativa nas Assembleias Legislativas de Minas e Espírito Santo.

"A meta da Cipe-ES é formar os cinco comitês estaduais do Rio Doce até o fim de 2004", revelou Foletto, noticiando que o secretário de Estado de Meio Ambiente, Fernando Schettino, assina a liberação do Comitê do Santa Maria do Rio Doce, em 1º de abril deste ano.

Na última quinta-feira, ambientalistas e técnicos de órgãos de Governo formaram a comissão Pró-Comitês do Rio São José, única fonte que abastece a Lagoa Juparanã, em Linhares, a maior do Brasil em volume de água.

O presidente do Movimento Pró-Rio Doce, Paulo Célio Figueiredo, acha que a fase de negociação entre a sociedade e os dirigentes públicos caminham para a instalação de agências da bacia, operadoras das verbas coletas com a cobrança da água. Ele acentua que Minas está bem adiantada no credenciamento e classificação dos usuários através dos subcomitês.

Formação dos comitês

UMA QUESTÃO DE TEMPO

Fotos de Rosângela Venturi



"A estruturação dos comitês é uma questão de tempo. Em outros Estados houve a criação de comitês que acabaram não funcionando. Mais importante até do que a formalização dos comitês é a mobilização da sociedade".

Wilson Posseto
Presidente da Água e Cidade

VONTADE POLÍTICA

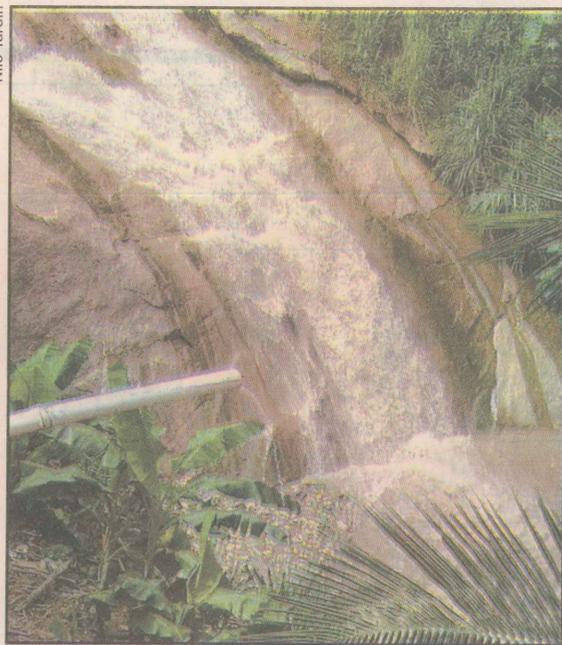


"A estruturação dos comitês depende também de vontade política dos envolvidos. Felizmente, aqui na bacia do Itapemirim estamos caminhando. E temos um ponto forte que é o nível de mobilização da comunidade".

Adriana Penedo
Coordenadora do programa Gota-D'Água

Itapemirim terá comitê provisório

Nilo Tardin



A bacia hidrográfica do Rio Itapemirim, no Sul do Estado, está prestes a ganhar o seu comitê definitivo. A expectativa é que isso aconteça no prazo de seis meses. No próximo dia 31 será assinada a Ata de Criação do Comitê Provisório.

Embora o comitê ainda não tenha sido instituído, há pelo menos vinte anos entidades e órgãos ambientais vêm mobilizando a comunidade do Sul do Estado para uma ação conjunta de gestão da bacia.

As ações pioneiras couberam à Associação dos Amigos da Bacia do Rio Itapemirim (Aabri), entidade criada em 1986. A ambientalista Dalva Ringuier, uma das fundadoras da Aabri e coordenadora do comitê provisório, avalia que esses 20 anos funcionaram como um período de maturação para um modelo de gestão integrada da bacia.

“A legislação que instituiu os comitês tem sete anos. É um período muito curto. A maioria das pessoas não tem acesso à informação sobre o assunto”.

NORMAS

A demanda e oferta de água serão avaliadas por meio da formação de um cadastro de usuários

Sem taxas em bacias estaduais

O decreto que vai regulamentar a cobrança da água nas bacias de âmbito estadual já está sendo finalizado, segundo anunciou o presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), Fernando Schettino. A data de início da cobrança, contudo, ainda não está definida.

A demanda e oferta de água

no Estado serão avaliadas por meio da formação de um cadastro de usuários. A partir dele é que se poderá verificar a quantidade de água disponível para dar a concessão de direito de uso, aos agricultores e empresários, bem como empresas de abastecimento. A questão da cobrança, assinala, virá ainda no futuro, em longo prazo.

Entrevista / Antônio Félix Domingues

‘PARA QUE OS COMITÊS SEJAM EFICAZES, NÃO SE PODE TER PRESSA’

O superintendente da Agência Nacional de Águas (ANA), Antônio Félix Domingues, acredita que no Estado a implantação dos comitês está caminhando de forma satisfatória. Ele esteve em Cachoeiro no início da semana passada e falou para reportagem de A GAZETA.

A GAZETA - O Estado tem hoje apenas quatro comitês de bacia constituídos. O processo caminha no ritmo esperado?

ANTÔNIO FÉLIX - Sim. Para que os comitês sejam eficazes, não pode ter muita pressa. Nós já vimos aí, em muitas regiões do Brasil, se formar comitê

sem discussão profunda sobre o papel de cada segmento.

Que região do país está mais avançada na criação de comitês de bacia?

Além do Estado de São Paulo, Santa Catarina tem comitês muito atuantes. O Ceará também tem um trabalho intenso de mobilização porque tem problemas graves de água. Em Minas Gerais quase todas as bacias já se formaram.

Aqui já se fala em cobrança pelo uso da água. Isso já é possível?

Recomendamos que os comitês aprovem a cobrança e o

Rosângela Venturi



que fazer com o dinheiro. No comitê federal é a bacia que decide se vai ou não haver cobrança e o que fazer com o dinheiro. Mas em algumas regiões do Brasil onde está grave a crise de água, como no Ceará, a alternativa para tentar racionalizar o uso foi implantar a cobrança.

Todos vão ter que pagar pelo uso da água?

Há uma recomendação de que pequenos produtores não paguem porque a legislação já prevê que os usos insignificantes estão fora da cobrança.

Bacias Hidrográficas do Espírito Santo

Onde já existe comitê instituído

- 1 Bacia do Rio Itaúnas
- 2 Bacia do Rio Benevente
- 3 Bacia do Rio Jacaraípe
- 4 Bacia do Rio Doce

Ainda em processo de formação

- 5 Bacia do Rio Santa Maria
- 6 Bacia do Rio Itapemirim
- 7 Bacia do Rio Novo
- 8 Bacia do Rio Jucu
- 9 Bacia do Rio São Mateus
- 10 Bacia do Rio São José

